

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 07/04/2019.

FÁBIO MORELLI ROSA

NÃO EXISTE AMOR EM APP?

Pistas sobre o processo de subjetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao público *gay*

ASSIS

2017

FÁBIO MORELLI ROSA

NÃO EXISTE AMOR EM APP?

Pistas sobre o processo de subjetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao público *gay*

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

R788n Rosa, Fábio Morelli
 Não existe amor em app? Pistas sobre o processo de sub-
jetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao
público gay / Fábio Morelli Rosa. Assis, 2017.
 155 f. : il.

 Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.
 Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza

 1. Mídia social. 2. Sexo (Psicologia). 3. Masculinidade. 4.
Smartphones. 5. Homossexualidade. I. Título.

CDD 155.3

FÁBIO MORELLI ROSA

NÃO EXISTE AMOR EM APP? Pistas sobre o processo de
subjetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao
público "gay"

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a
obtenção do título de Mestrado Acadêmico em
PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 07/04/2017

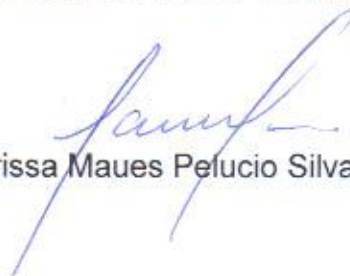
COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza - UNESP/ASSIS



Membros: Prof. Dr. Wiliam Siqueira Peres - UNESP/ASSIS



Profa. Dra. Larissa Maues Pelucio Silva - UNESP/BAURU

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as bichas, gays, viadas e afeminadas que pouco possuem espaço, respeito e legitimidade à vida num país no qual uma única forma de masculinidade é cobrada de todas nós.

AGRADECIMENTOS

Considero os agradecimentos uma das partes mais difíceis de se escrever. Não só porque se trata de uma parte dedicada a pensar as pessoas especiais com as quais compartilhamos a vida, mas também porque, por ser escrita em um momento sob condições singulares do/no tempo e espaço, há sempre a possibilidade de deixar alguém de fora. Entretanto, há sempre aqueles e aquelas que são inesquecíveis e que, com seus tons sutis de afeto, coloriram esses dois anos e meio de trabalho.

Não há como deixar de começar agradecendo a minha família que, sem a qual, jamais teria tido o mínimo para conquistar qualquer título que fosse. Aos meus pais agradeço os momentos de força e de bravura com os quais se depararam ao longo da vida e que, sem medir esforços, procuraram, nas piores das condições, garantir o possível para mim e para as minhas irmãs, Cíntia e Jéssica. Aliás, sem a parceria e o cuidado que só há entre irmãos, jamais teria também me tornado capaz de conquistar os meus anseios e planos, por isso, devo muito a elas. De modo especial, não há como deixar de agradecer ao meu sobrinho, Eduardo, que com seis anos de idade tem me mostrado o quanto podemos aprender com uma criança.

Dentre todos e todas que devo agradecer, não há como deixar de mencionar uma das pessoas que mais acompanhou esse processo de pesquisa em seus pormenores, nas emoções a flor da pele, nos prazos a serem cumpridos e nas ansiedades que só a escrita gera, o meu namorado, Junior, que tem me ensinado a compartilhar a vida numa relação que já dura quase o mesmo tempo que a dissertação, sustentada na compreensão e no amor. Em outras palavras, ele fez esse mestrado comigo, e, por isso, devo-lhe a melhor das retribuições pela paciência em dividir esse momento comigo.

Agradeço de modo muito afetuoso ao meu orientador, Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza, cuja relação já deixou de ser de orientação, não só devido ao fato de estar finalizando o mestrado, mas porque conseguimos construir uma relação de amizade que superou os tratados burocráticos, racionalizados e acadêmicos. Além disso, devo agradecer pelo fato de ter acreditado no meu potencial como pesquisador e de ter apostado no meu trabalho, assumindo-o em cada linha, ponto e vírgula comigo. Obrigado também pelas conversas produtivas e por ter sempre me tratado de modo muito respeitoso e simétrico, me deixando a vontade para traçar os caminhos teóricos, conceituais e metodológicos que eu considerava mais adequado.

Agradeço especialmente à banca por ter aceitado o meu convite para ler o meu trabalho e, assim, compartilhar os seus saberes e contribuições com a finalidade última de aprimorar o trabalho já desenvolvido. Prof. Dr. Wiliam Peres e Prof.^a Dr.^a Larissa Pelúcio são dois pesquisadores que possuem interferência direta na minha paixão pelo campo de pesquisa sobre Gênero e Sexualidade, cujas palavras são, sempre, potencializadoras e alinhadas com os discursos de subversão das normativas sociais sem deixar de prezar – e também buscar subverter – o rigor e qualidade acadêmicos.

Considero o convite para a banca em modo de suplência, um dos piores convites que já tive que fazer, porque tal situação não é um convite por inteiro, mas um convite pela metade. Ainda assim, não há como deixar de agradecer à Prof.^a Dr.^a Débora Leitão, cujo trabalho foi determinante na escolha em prosseguir nas Ciências Sociais porque suas aulas eram apaixonantes e, felizmente, fez parte da minha formação logo em seu início, quando comecei a cursar a graduação. Do mesmo modo, as aulas do Prof. Dr. José Sterza Justo também foram um acalento durante a pós-graduação, fazendo delas um espaço de debate e de compartilhamento de ideias de modo muito respeitoso e potente.

Durante o mestrado, não foi somente de textos, livros, conceitos e escritas que vivi. Foi também dentre pessoas que conheci e aprendi a admirar e que, de um modo ou de outro, contribuíram (in)diretamente não só nos resultados deste trabalho, como também nos meus posicionamentos frente à vida: Danielly Mezzari, Juliana Bessa, Adriana Sales, Molise Magnabosco, Ana Paula Oliveira, Barbara Brunini, Dani Barreto, Rogério Melo, Ruth Piveta, Herbert Proença, Tom Rodrigues, Kadu Nunes, André Morelli, Caio Andreo, Debora Perez, Elisa Mariana e, de modo muito especial, porque se dedicou a ler o meu trabalho e fazer apontamentos muito pertinentes, Bruno Pereira.

Além dos amigos que ganhei durante o mestrado, há aqueles e aquelas que já me apoiam e me acompanham a longa data nessa vida compartilhando comigo os seus afetos e os suportes: Eduardo Duarte, Érika Vitorette, Nayara Moraes, Benedito Inácio, Flávia Azevedo, João Batista, Viviane Martinhão, Arielle Barbosa, Marluce Scarabello, Elisa Melo, Glauce Ferreira, Carolina Pradella, Fabiano Leite, Bruna Souza, Sarah Françolle, Maycon Silva, Cintia Falchi, Eliza Dias, Júlia Matsuda, Jéssica Rabelo, Flávio Basseti, Renan Genaro, Mariana Burin, Roberta Donega, Thaís Donega, John Figueiredo, Aline Menoncello, Renata Carvalhaes, Marcela Mantovani, Polyana Gato, José Otávio Botega, Valéria Nassaro, Luciana Vasconcelos, Ângela Guedes, Camila Silva, Karina Oliveira.

Devo também um agradecimento especial ao coletivo estudantil “Íris da Diversidade” com o qual aprendi, na prática, desenvolver planos e ações com a finalidade de fazer de Assis uma cidade menos LGBTfóbica. Cada um/a, de modo totalmente voluntário, dedica-se ao grupo a fim de criar um espaço de escuta e de procura em casos de vulnerabilidade LGBT, bem como articular eventos que visam reduzir essas vulnerabilidades, um beijo especial em cada um/a.

Por último, mas não menos importante, devo um imenso agradecimento a todos e todas colaboradores/as que fizeram parte, direta ou indiretamente, desta pesquisa, ao compartilhar suas angústias, decepções, anseios e desejos no atual contexto. Muitos dos usuários com os quais interagi, desconheço seus nomes e, muitas vezes, os seus rostos. Mesmo assim, este trabalho só foi possível pelo compartilhamento de vocês e, em especial, daqueles que toparam ser entrevistados de modo mais longo. Este trabalho também é de vocês.

MORELLI, Fábio. **Não existe amor em APP? Pistas sobre o processo de subjetivação entre homens por meio dos aplicativos voltados ao público gay.** 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar os aplicativos voltados para o estabelecimento de encontros e relações afetivos e sexuais entre o público *gay*, o *Grindr* e o *Hornet*, popularmente disseminados após a invenção dos *smartphones* nos quais é possível localizá-los geograficamente. O objetivo desta investigação foi o de traçar pistas acerca de como o estabelecimento de relações afetivas e sexuais entre homens tem se dado no contemporâneo em meio às mídias digitais. Por meio do método cartográfico, inspirado em Deleuze e Guattari, nos deparamos com algumas questões, tais como: desafios éticos e metodológicos em se fazer pesquisa da e na internet; desafios conceituais sobre as recentes mídias viabilizadas pelas novas tecnologias da informação; e sobre uma “arquitetura das escolhas” por meio da qual foi possível listar o quanto algumas características hegemônicas culturais (de gênero, de raça, de sexualidade, de capital cultural e econômico, idade, entre outras) atravessam as escolhas individuais dos usuários tornando-se determinantes nas regulações dos modos como, homens que buscam contatos sexuais e afetivos com outros homens por meio dos aplicativos, estabelecem seus contatos de modo contribuinte com o estabelecimento de um mercado do sexo e do afeto. Este mercado é caracterizado por elementos tradicionalmente neoliberais como: lei da oferta e procura, racionalização das escolhas, acentuação do individualismo por meio da competição e uma comoditização de si a fim de disputar encontros sexuais e/ou relacionamentos afetivos.

Palavras-chave: Mídias Digitais; Homoerotismo; *Grindr*; *Hornet*; Masculinidades;

MORELLI, Fábio. **Is there no love in App? Clues about the subjectivation process between men through applications aimed at gay public.** 2017. 155 f. Dissertation (Academic Master in Psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the applications aimed at establishing affective and sexual dates and relationships between gay public, the Grindr and Hornet, popularly disseminated after the invention of smartphones in which it is possible to locate them geographically. The purpose of this investigation was to trace clues about how the affective and sexual relationships between men have taken place in the contemporary in the midst of digital medias. From a cartographic method, inspired on Deleuze and Guattari, was possible to think about some questions, such as: ethical and methodological challenges in doing research about and on the internet; conceptual challenges about the recent medias made viable by the new information technologies; and about a “architecture of romantic choices” from which was possible to list some hegemonic culture elements (gender, race, sexuality, culture and economic capital, age, among others) that crosses the individual choices of the users, getting itself deterministic on the way how, men that search sex and affective contacts with another men through the applications, establish their relationships in a contributing way with the establishment of sexual and affective market. This market is characterized by neoliberal traditionally elements, such as: law of supply and demand, an increase of rationalism and the individualism through of competition permitted by a commoditization of the self to compete for sexual dates and affective relationships.

Key-words: Digital Medias; Homoerotism; Grindr; Hornet. Masculinities;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – AS IDENTIDADES SÃO ARMADILHAS SEDUTORAS	11
SEÇÃO I – “LO[U]CA-LIZANDO” A PESQUISA	28
1.1 É possível mapear o desejo?.....	29
1.2 “Lo[u]ca-lizando” Assis e a “célula de escape”	34
1.3 “Lo[u]ca-lizando” o pesquisador.	40
1.4 “Pesquisador de <i>boys</i> ”	45
1.5 “Lo[u]ca-lizando” a pesquisa da e na Psicologia.	53
SEÇÃO II – MÍDIAS DIGITAIS: ENTRE (DES)CONTINUIDADES	59
2.1 A terceira geração de plataformas para encontros on-line	66
2.1.1 <i>Grindr</i>	69
2.1.2 <i>Hornet</i>	72
2.1.3 <i>Tinder</i>	74
2.1.4 Breve comparação entre as três plataformas e os seus “CIStemas”	76
2.2 Em tempos de aplicativos.....	80
2.2.1 Segurança e regime de visibilidade	80
2.2.2 HIV/AIDS	85
2.2.3 Língua, recrudescimento semântico e tempo	87
2.2.4 Qual é a vulnerabilidade que nos conecta?	92
SEÇÃO III – APLICATIVOS: UM “COMÉRCIO DE CARNE”?.....	96
3.1 Arquitetura das escolhas.....	98
3.2 Campos sexuais: entre a pornografia e as masculinidades	99
3.3 Outras nuances arquitetônicas	115
3.4 Campos emocionais.....	118
3.4.1 Não existe amor em APP?.....	122
3.5 Mercados do sexo e dos afetos.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS – E AQUELE “CALIFORNIA DREAMING”?	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
APÊNDICE	149

INTRODUÇÃO – AS IDENTIDADES SÃO ARMADILHAS SEDUTORAS

Trata-se aqui de uma pesquisa sobre aplicativos voltados para o público *gay*, cujo objetivo é traçar algumas pistas sobre os processos de subjetivação da cultura *gay* contemporânea. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, fui, inúmeras vezes, questionado sobre o que eu pesquisava, procurava responder de modo sucinto: pesquiso os aplicativos voltados para o público *gay*, como o *Grindr* e o *Hornet*. Mesmo sabendo que esta resposta era insuficiente para dizer sobre o que eu, de fato, fazia – não porque era uma mentira, mas ela era deveras reducionista –, tal resposta parecia sanar a dúvida das pessoas de modo que o assunto encerrava-se ali ou prosseguia durante algum tempo dentre aqueles e aquelas que se interessavam em saber mais detalhes devido ao fato de a resposta fornecer um mínimo de inteligibilidade a elas.

Essa resposta só era inteligível porque as pessoas – pelo menos as pertencentes às gerações mais recentes e com certo capital econômico e cultural – possuem um mínimo de noção do que significa o substantivo “aplicativo” e o que significa a identidade *gay* – algo que não acontecia com os nomes *Grindr* e *Hornet*, mas, como eram entendidos como o que são, nomes dos aplicativos, poucas perguntas eram feitas sobre esses dois termos. Isso prova que a língua tem a capacidade de produzir um léxico que fornece sentido às palavras que são pronunciadas. Já ouvi, por exemplo, que pesquisar aplicativos seria inútil para ajudar a vida de pessoas vulneráveis socialmente, porque a internet e os celulares móveis fazem parte de um grupo restrito e privilegiado¹ de pessoas. Nota-se que, na nossa lógica linguística, basta uma palavra para que haja um levante do sentido que a ela é dado. Ainda que esse sentido possa partir de uma pessoa individualmente, não quer dizer que ele não possua ligações coletivas e sociais.

Além disso, quando essas palavras se referem às identidades, não é somente sentido que elas proporcionam, mas também nos ajuda a criar um lugar, um território e uma posição no mundo para aquilo que estamos ouvindo e/ou falando. Se alguém com posições mais

¹ Em tempos mais recentes, o acesso à internet tem sido ampliado no Brasil. De acordo com a reportagem do site G1 escrita por Helton Simões Gomes (2016) com bases em dados do IBGE, já há mais de 50% das casas brasileiras (36,8 milhões) com acesso à internet. A reportagem ainda indica que o acesso à internet se dá mais comumente por meio de aparelhos celulares (a cada cinco casas, quatro acessam por meio de celulares) do que por computadores de mesa que vem perdendo espaço no mercado. É salutar ainda destacar que a reportagem afirma que no referente à renda, as famílias com mais de cinco salários mínimos contam com quase 90% das casas com acesso à internet.

conservadoras ouve que eu pesquiso um “aplicativo para o público *gay*” há uma chance de que ela se afaste pensando “Ih, pesquisa sobre *gays* deve ser viado também, não quero nem chegar perto” ou “onde o mundo vai parar com uma educação que incentiva projetos como esse?”. Agora, se caso eu estiver conversando com alguém que se interessa pela superação dos preconceitos ou das desigualdades que construímos ao longo dos anos, pode me dizer “Mas o que você tem encontrado? Você percebe ser um lugar possível de enfrentamento à homofobia?”. Ou se eu comentar disso com uma amiga² bicha que não conhece o aplicativo, ela pode dizer “Mas bil, como é que é esse babado? Tem boy magia? Rola pegação?”.

Note que as suposições acima criadas jamais seriam possíveis de serem exemplificadas ou inteligíveis para você, leitora ou leitor, sem que eu tivesse fornecido informações sobre quem elas são; se conservadora, se preocupada com as desigualdades ou se bicha. As identidades são sedutoras porque elas nos fornecem certa segurança para prosseguirmos em interação em um mundo complexificado pela concentração em centros urbanos onde os desconhecidos, ou aquilo que é inominável, pode caracterizar um risco à segurança da manutenção das formas inteligíveis que a cultura nos proporciona quanto à língua e às identidades, ou seja, quanto às formas que possibilitam uma nomeação da existência das pessoas no mundo. Desse modo, são os códigos culturais que garantem inteligibilidade às identidades de modo que podemos, a partir delas, supor algo sobre as coisas ou sobre as pessoas e, assim, nos relacionarmos, ou não, uns/umas com os/as outros/as.

É isso que permite que muitos homens heterossexuais, por exemplo, suponham que, em caso de um homem se afirmar *gay*, ele irá assediá-lo. Para muitos desses homens, parece ser óbvio, *gay* é um homem que se atrai por outros homens, se eu sou homem, logo, ele se atrairá por mim. E, é óbvio, que tal pré-roteiro não está correto e não quer dizer que todos os *gays* que assim se afirmam desejam todos os heterossexuais que cruzam sua frente. Esse é um exemplo de armadilha que as identidades podem provocar, pois, ao mesmo tempo em que elas fornecem certa segurança aos modos de ser e de estar no mundo – assim como localizar quem é e onde está o/a outro/a –, elas também permitem equívocos porque elas são formações históricas, sociais e coletivas que, muitas vezes, podem até dizer algo sobre alguém, mas nunca tudo aquilo que a pessoa é, faz e sente. Portanto, elas são reducionistas porque só nos

² Em alguns momentos do texto, o/a leitor/a perceberá que tratarei no feminino adjetivos ou substantivos que, segundo as normas da língua portuguesa, deveriam estar no masculino. Essa inversão é um posicionamento político que tomo a fim de enfrentar binarismos e normatividades de gênero que regulam a forma através da qual escrevemos.

permitem ver as pessoas em recortes e, muitas vezes, recortes borrados e pré-concebidos que pouco dizem sobre elas, mas que, aparentemente, já disseram tudo sobre.

É exatamente nesse sentido que não me contento em dizer “público *gay*” na resposta engatilhada. Não consigo afirmar “Todos os usuários presentes no aplicativo são *gays*”. Não são. Alguns (muitos) talvez dirão “sou *gay*”, mas muitos vão dizer que são heterossexuais, bissexuais, machos discretos e, alguns (poucos) vão dizer que são bichas, que são viados ou que são femininas mesmo em um corpo com pênis. Eu mesmo tenho certa resistência em me afirmar como *gay* – embora o faça vez ou outra justamente pela precária inteligibilidade que a expressão garante –, porque quando digo sobre a minha sexualidade, prefiro dizer que sou viado ou que sou *bicha*, pois acredito que tais identidades possuem um caráter mais desviante, político e mais marginal que a identidade *gay* – o que não quer dizer que esta identidade esteja isenta de situações de homofobia ou de qualquer outra vulnerabilidade, mas que, de algum modo, é mais aceita que outras. Acredito ainda que, assim como o termo *queer*, que caracterizava um adjetivo marginal no contexto norte-americano e que foi utilizado nessa acepção para um levante político de afirmação desse lugar marginal para o combate dessa posição (SPARGO, 2006), afirmar ser *bicha* ou *viado* possui algo de semelhante no contexto brasileiro³.

Aliás, tal posicionamento político não é algo protagonizado somente por mim. No *Facebook* eu sigo diversas páginas que possuem conteúdos voltados para a população LGBT⁴, desde páginas de ativismo LGBT, de compartilhamento de textos acadêmicos sobre gênero e sexualidade, bem como páginas destinadas a colocar as *gays* em contato uma com as outras tanto para questões de paquera, quanto para quaisquer outras questões que considerem lhes dizer respeito. Durante a pesquisa, sempre foi muito comum eu notar o compartilhamento de *prints*⁵ de telas das conversas que aconteceram nos aplicativos que eu estava pesquisando e,

³ Para desviar das armadilhas identitárias sobre os usuários que utilizam as mídias digitais, Richard Miskolci (2009) em suas pesquisas pela internet – inicialmente ocorridas em salas de bate papo – privilegia o termo “homoerótico”, porque, independentemente se heterossexuais, bichas, *gays*, machos, etc., as interações ali estabelecidas “giram em torno do desejo e/ou prazer erótico com pessoas do mesmo sexo, no caso em estudo, relações entre homens” (Ibid., p. 175). Tal nomenclatura, apesar de soar identitária, ajuda a não uniformizar as identidades ali em contato, mas as relações que são estabelecidas entre os sujeitos e, por que não, sujeitas.

⁴ Sigla definida em uma história de disputas identitárias protagonizadas pelos movimentos sociais ligados ao gênero e à sexualidade que definiu ser a melhor forma de expressar as pessoas que divergem da heterossexualidade ou das normatividades de gênero e diz respeito, respectivamente às Lésbicas, aos *Gays*, aos Bissexuais, às Travestis, Transexuais e Transgêneros (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

⁵ *Print* é o nome dado à prática de coletar a imagem da tela do celular, do *tablet* ou, até mesmo, dos computadores como *notebook* ou os *desktop*.

por isso, visitei uma das páginas, a *Carpe Noctem*⁶, para observar o que levava as pessoas a compartilharem suas interações de cunho mais íntimo, como as suas interações mediadas por meio dos aplicativos.

Dentre muitas razões para compartilhar essas interações, a que eu vi com mais força era essa lógica ainda hierárquica entre homens mais masculinos e homens mais femininos. A busca por discrição ou pelo sigilo sobre as práticas sexuais – que privilegia a busca por homens masculinizados em detrimento de homens afeminados – é uma constante nos aplicativos que, de acordo com a página, não acontece somente nos lugares onde pude estar pesquisando, mas também pelo Brasil afora. Essa dinâmica que consiste em destinar um lugar de marginalidade e/ou descaso tem sido enfrentada pelas bichas e pelas viadas nos aplicativos. Isso fica evidente nas frases presentes nos *prints* de suas conversas compartilhadas na página, onde constam as seguintes respostas às perguntas que procuravam saber se elas eram discretas, afeminadas ou “machos de verdade”:

“Eu não sou bem macho... Adoro ser viado” (Diário de campo 20 out. 2015).

“Não... Sou uma diva” (Diário de campo 20 out. 2015).

“Sou macho não, super feminina... Isso porque não me viu de salto 15, vestido bordô e batom vermelho *seduction*, meu amor” (Diário de campo 20 out. 2015).

“Bicha? E você saindo com homem se intitula o que?” (Diário de campo 20 out. 2015).

“Nhaim quirida... Ta boa? Sou feminina! Sou muito garota! Sou mulher! Pelo menos não sou um babaca heteronormativo e sem o que fazer igual você”; (Diário de campo 20 out. 2015).

“Meu filho, eu nem sou afeminado, mas, me confunda com uma bichona bem pintosa purpurinada e escandalosa e vaza daqui que não como rabo de gente preconceituosa e machista” (Diário de campo 20 out. 2015).

⁶ Trata-se de um grupo secreto e, portanto, precisa de autorização de alguém para ingressar. Além disso, só permite a entrada de homens e conta, no momento, com 6.837 membros, principalmente, da região de São Paulo. Decidi incluir informações desta página neste trabalho porque nela consta diversas declarações sobre as relações dos membros da página sobre suas interações nos aplicativos que pesquiso, trazendo, assim, informações relevantes sobre a temática aqui tratada. Segundo anotações do Diário de Campo (20 out. 2015): “No momento, reuni aproximadamente 50 imagens compartilhadas pelos membros sobre os aplicativos e depois as organizei em pastas dividindo-as de acordo com os assuntos. Desse modo, criei oito pastas: capital cultural, contatos profissionais, corpo, HIV, política partidária, racismo, transexualidade e machos discretos. Havia ainda um grupo de imagens que continham respostas irônicas com o modo tipificado de abordar no aplicativo. Perguntas frequentes como ‘o que você busca aqui?’, ‘Picão?’, ‘você tem foto de corpo?’, ‘tem foto de rosto?’, ‘Passivo ou ativo?’, ‘Afim de um encontro real?’ tiveram as seguintes e respectivas respostas: ‘Receita de tender’, ‘Adoro esse matinho, viado. O chá tira pedra nos rins’, ‘Só tenho foto da alma’, o usuário enviou uma imagem do rosto da Madonna em uma pose do videoclipe Vogue, os dois usuários se declaram como passivos e um deles declara ‘mas pão com pão não dá hot dog’, ‘prefiro dólar, talvez euro.’” Para saber um pouco mais sobre grupos *gays* no Facebook e suas sociabilidades, sugiro o texto que produzi em parceria “Práticas sexuais em geolocalização entre homens: corpos, prazeres, tecnologias” (COUTO et al, 2016).

Além de reducionistas, falhas e cheias de armadilhas, as identidades são produtos históricos e sociais que surgem em contextos e tempos específicos que nem sempre seguem sendo utilizadas de modo uniforme com o passar dos anos, mas que, de certa maneira, quando resistem ao tempo, exercem certo plano de fundo inteligível sobre elas, isto é, formam um “(...) esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2015, p. 21). É o caso, por exemplo, das identidades recorrentemente utilizadas para se referir aos homossexuais no Brasil e que foram utilizadas nos excertos acima selecionados, são elas: viado, bicha e *gay*.

As duas primeiras expressões são provenientes de contextos populares que, de acordo com James Green (2000), aparecem durante o séc. XX no qual a primeira expressão, viado, ele supõe ter surgido por meio da imprensa, pois quando ela publicava – com bases nos relatos fornecidos pela própria polícia – sobre as batidas policiais que ocorriam nos pontos de paquera e de sociabilidade entre homens no Rio de Janeiro, os homens ali presentes corriam como veados e que, de certo modo, evidencia o caráter intencionalmente pejorativo e pretensamente ofensivo do termo que perdura até os dias atuais quando ainda se apresenta como parte do léxico comumente usado para ofender verbalmente homens afeminados ou aqueles que estabelecem relações homossexuais.

Já a segunda expressão, bicha, surgiu após a disseminação do termo viado e supõe que sua origem pertença à expressão “veado” quando usada para nomear a espécie de animal, pois James Green (2000) acredita que venha da palavra francesa *biche* que significa corça, a qual é o feminino de veado (animal) e que, desse modo, demarca um homem com traços femininos. A identidade bicha foi problematizada nas pesquisas protagonizadas pelo antropólogo Peter Fry (1982) durante os anos 70 nas quais ele destacou que a característica afeminada de alguns homens, bem com a sua posição sexual, normalmente, passiva, estabeleciam um modelo hierárquico e desigual que se sustentava na lógica macho/superior/penetrador em detrimento da bicha/inferiora/penetrável e que, assim, a identidade “homossexual” não era, segundo ele, o suficiente para descrever as identidades sexuais e afetivas dos homens que ele pesquisou em Belém/PA porque não destaca as disputas identitárias que ocorriam entre eles de modo assimétrico.

As identidades de bicha e viado são identidades que conotam acepções, no contexto brasileiro, absolutamente distintas de quando alguém se afirma como *gay* que, como qualquer outra identidade, surge em momento específico e, por isso, marcada por códigos diferentes

dos que sustentam a inteligibilidade das expressões bicha e viado. Não dá para dizer que esse modelo hierárquico ainda preserva os mesmos achados de Fry, pois, mesmo que uma bicha se identifique como tal, isso não quer dizer que sua prática sexual será somente a passiva, ou seja, a penetrada. Para Fry o modelo hierárquico entre o macho (bofe) e a bicha estava atrelado, respectivamente, à prática ativa e à prática passiva, algo que, a meu ver, não possui ligação direta com os modos pelos quais as identidades se dão atualmente, pelo menos nas regiões que frequento e/ou pesquiso. Cabe ressaltar ainda que a pesquisa de Peter Fry estava limitada ao contexto do Pará e que, por isso, não possuía o objetivo de garantir uma identidade essencialmente brasileira de como se dava as relações homoeróticas como se fosse possível estabelecê-la para além do tempo e do espaço nos quais ela estava localizada, tanto que, mesmo realizando a pesquisa no Norte do Brasil, não deixou de mencionar que na região Sudeste circulava outra identidade: a de *entendido*.

Antes mesmo da importação da identidade “*gay*” pela qual o Brasil passou, havia, conforme alguns/umas pesquisadores/as (SIMÕES & FACCHINI, 2009/FRY, 1982), outra identidade em disputa no contexto brasileiro que também era utilizada para identificar homens que se envolviam com outros homens, mas que estava ligada a estratos mais privilegiados economicamente, especialmente entre o Rio de Janeiro e São Paulo (GREEN, 2000), e que designava também um homem bem resolvido com a sua sexualidade sem muito receio de tornar as suas práticas, e quaisquer informações sobre elas, públicas: a identidade de “*entendido*”. Tal identidade surgia justamente com a tentativa de evitar os termos pejorativos como “*viado*” e “*bicha*” a fim de criar uma imagem mais higienizada e, assim, mais respeitada, sobre homens que se envolviam com outros homens e que, nem sempre, eram afeminados.

Já dentro do próprio gueto *guei* existem gradações quanto à prática, numa política de boa vizinhança nem sempre pacífica. Assim, há nítidas fronteiras entre espaços freqüentados pelas bichas pobres ou mais pintosas da periferia e aqueles lugares freqüentados por gente mais fina, que gosta de ser chamada de ‘*entendido*’ e ‘*guei*’ (ou *gay*, termo americano considerado chique) – e cujo valor mais cultivado é sem dúvida a discricção, aliada ao bom gosto em vestir-se. Mas, assim como em outros países, no Brasil a existência do gueto *guei* situa-se num cruzamento de circunstâncias contraditórias. Por um lado, trata-se da única alternativa para que pessoas de prática homossexual convivam à vontade. Por outro, esse espaço é claramente delimitado para isolar os desviantes, congregando a homossexualidade mais institucional e empurrando-a para uma espiral de consumismo (TREVISAN, 2000, p. 409).

Desse modo, a identidade de “*entendido*” abre certo caminho para a importação de uma identidade mais *clean* e moderna. A identidade *gay* que passa a circular com mais

frequência na grande mídia, além da ampliação de todo um mercado destinado a atender o público *gay*: a famosa sigla GLS⁷ (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Mesmo que a identidade *gay* tenha diluído um pouco o modelo hierárquico (bofe/bicha), não concordo que ela tenha possibilitado um modelo igualitário entre os homens (*gay/gay*) como percebe Peter Fry (1982). Embora a identidade *gay* possibilite a flexibilização do modelo homem másculo = ativo e homem afeminado = passivo, essa identidade cresceu atrelada ao consumismo, à branquitude, aos estereótipos padrões de masculinidade como voz grossa, andar contido, barba no rosto e, mais recentemente – especialmente após a epidemia do HIV/AIDS –, a um corpo sarado a fim de evidenciar um corpo saudável e, assim, soronegativo – como se fosse possível garantir o status de soronegatividade apenas pelo modo como se possui um corpo – e, por último, a uma constante tentativa de reconhecimento e autorização do Estado por meio de legislações que visam um processo no qual exista uma busca pela conformação às relações afetivas heteronormativas como o é a ideia de casamento (MISKOLCI, 2007).

Assim, mesmo dentre as pessoas de identidade *gay* não há o estabelecimento de um modelo igualitário, mas, ao contrário, cria-se outra hierarquia identitária, na qual se você é um *gay* negro, pobre, gordo e mais distante dos estereótipos da masculinidade, seu corpo deixa de ser um atrativo na disputa em um mercado dos afetos entre *gays* – que, de antemão, já anuncio ser algo que os aplicativos aqui pesquisados reforçam em seus processos de criação, usos e interações. No Brasil, por exemplo, talvez uma das expressões que mais denunciam as hierarquias dentre os “iguais”, especialmente no que se refere à classe, é a expressão “bicha pão com ovo”, a qual é geralmente usada – inclusive, dentre o próprio meio LGBT – contra *gays*/bichas/viadas de estratos mais pobres da nação brasileira.

É sabido que sempre houve contatos sexuais e afetivos entre pessoas do mesmo sexo, assim como haverá enquanto houver seres humanos. O que mudou, ao longo da história da

⁷ As siglas G e L evidenciam uma constituição identitária bem definida em momento histórico anterior mas que será, agora, acrescida de elementos do mercado como a sigla S que permite que uma pessoas transite nesses espaços sem assumir uma identidade G ou L. Além disso, esse é o momento do surgimento do *Pink Money*, nome dado à riqueza que começa a ser gerada por meio da comercialização de locais voltados para o público homossexual e que, assim, ajudam a atrelar a identidade *gay* a uma identidade de respeito, de família, próximo dos bons valores. Segundo Penedo (2008, p. 52. Tradução minha) “Da mesma maneira, criticam o interesse da comunidade *gay* em demonstrar que poderiam se ajustar aos valores da família tradicional e também é notável na facilidade com a qual abraçaram com entusiasmo a revenda que algumas grandes marcas como Absolut Vodka, Ikea, Calvin Klein ou Levis 501 fizeram da homossexualidade, convertendo-a em um estilo de vida. A legitimação dos *gays* através de sua capacidade de consumir, o que passou a ser chamado de “dinheiro rosa”, supõe para o movimento queer todo o abandono e toda esperança em sua capacidade de subversão, algo que parecia prometer em seus primeiros anos de formação. Já não se trata somente de não subverter a norma heterossexual, mas também reforçar um movimento *gay* que legitima um setor com maiores privilégios do que outros”.

humanidade, foram os nomes, as identidades, as sentenças, os valores e os códigos que eram usados para se referir a essas pessoas⁸. É por isso que acredito que as identidades (de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, de profissão, de religião, etc.) sejam políticas, porque elas estão marcadas pelos códigos de poder em disputa em determinadas épocas e em contextos locais, ainda que estes estejam submetidos a processos globais como o neoliberalismo atual, ou como foi o projeto de colonização das Américas. Basta olhar para o breve histórico das identidades de homens que estabelecem relações sexuais e afetivas com outros homens na história recente do Brasil. Ele é marcado por uma imensa disputa identitária não só em sua história, mas também quando entramos no terreno de organização política das populações LGBT atuais que negociam se, dentre travestis, mulheres lésbicas, bichas ou transexuais, por exemplo, quem dentre elas/es merece prioridade nas falas e nas lutas pela conquista de direitos, políticas públicas e reconhecimento cidadão com dignidade e respeito.

Além de serem políticas, as identidades foram construídas para serem encaradas de modo cristalizado, fixo e uniforme como se todas as bichas, todas as mulheres, todos os homens, todos os *gays* e todos os viados, por exemplo, exercessem essas identidades de modo uniforme e homogêneo ao serem chamados dessa forma, bem como se eles fossem e serão assim por toda a vida. Esse tipo de equívoco, além de criar armadilhas identitárias como “todo *gay* afeminado é passivo” ou “toda mulher é emoção e homem razão”, também destacam o seu caráter reducionista e limitado como se no momento em que alguém declara “sou bicha” isso dissesse tudo o que ela é, sente e faz.

As identidades são, assim, resultado da constituição de processos históricos que estabeleceram dispositivos sofisticados de poder com os quais os nomes constituíram não só a língua, mas também a nossa lógica de nos posicionar e de posicionar os/as outros/as no convívio social, interferindo, assim, diretamente no modo como nos relacionamos e interagimos.

No que se refere às identidades sexuais, Foucault (2009a) aposta na ideia do desenvolvimento de um dispositivo de sexualidade com o qual busca contrapor a concepção de que o sexo na modernidade foi reprimido e colocado em segredo, mas, antes, se tornou um

⁸ Michel Foucault dedicou o fim de sua carreira em um projeto para construir uma história da sexualidade, porém esse projeto foi interrompido com a sua morte, o que impediu que os pretensos seis volumes chegassem até nós, existindo somente três, sendo o último inacabado. Entretanto, especialmente no seu volume dois, Foucault (2009b) se esforça em expor como os gregos antigos negociavam suas sexualidades de outras formas que divergem completamente do modo como estabelecemos nossas relações afetivas e sexuais no contemporâneo.

artefato cultural produzido por uma teia resultante de uma economia dos discursos. Em suas palavras um dispositivo é:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode manter entre esses elementos. (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2014, p. 364-365).

O poder de criar verdades sobre o sexo é esparso e se sustenta por meio de uma rede capilar e cheia de nós dos quais fazem parte não só a ciência, mas também os discursos provenientes de outros ambientes de socialização como a família, a escola, a igreja, etc. Mais do que perceber que o sexo é resultado de uma verdade ou de uma mentira, Foucault está mais focado em apresentá-lo como o resultado sofisticadíssimo de um aparelho discursivo sobre ele. O sexo passa então a destacar a virtude dos cidadãos por meio de como eles o utilizam já que também é o elemento que garantiria o futuro, o crescimento e o desenvolvimento populacional⁹. Para que haja um futuro civilizado, deve haver certo controle sobre, dentre outras coisas, o sexo da população, o que Foucault (2008) chamará de biopolítica.

Uma das heranças cristãs no que tange ao sexo trata-se de transformar cada prática, cada desejo e cada anseio, que a ele se refira, em palavras. Se todas as ações e reações partiriam do que era ou precisava ser dito, a extorsão para que as pessoas descrevessem si mesmas e suas práticas transformam as sociedades modernas em sociedades confessadas. A confissão é, portanto, a matéria prima da produção discursiva por meio da qual estabelece uma relação dual entre quem deve se confessar e quem deve, a partir da confissão, orientar,

⁹ Em seu livro “O desejo da nação”, Richard Miskolci (2012a) nos mostra como o Brasil, na virada do séc. XIX para o XX, adotou medidas progressistas – como o movimento abolicionista –, ao mesmo tempo em que se preocupava em manter as hierarquias mesmo com a libertação dos escravos. A fim de alcançar a manutenção dessas hierarquias sociais, a elite política e econômica encontrou uma saída ao defender um projeto de nação no qual o embranquecimento por meio da importação de imigrantes europeus e a defesa da força masculina ganharam centralidade em sua execução. “Ganharam importância teorias sobre a necessidade de controle da hereditariedade humana e, principalmente, sobre suas supostas ameaças. As elites temiam a violência e o perigo que projetavam nos negros e mulatos, questão ‘racial’ que se associa diretamente a preocupações com uma variedade de ‘desvios’. Os temores raciais, sexuais e de gênero se associavam e eram visíveis, por exemplo, nas analogias científicas entre raça e gênero baseadas nas ideias de que ‘as raças inferiores representavam o tipo ‘feminino’ das espécies humanas, e as mulheres representavam a ‘raça inferior’ de gênero’ (STEPAN, 1994, p. 79 apud MISKOLCI, 2012a). Negros, mulheres e os recentemente denominados de homossexuais eram vistos como ‘ameaças’ à ordem, daí começarem a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental. Como seres ‘sob suspeita’ justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento (MISKOLCI, 2012a, p. 39).

explicar e nomear o que o/a confidente compartilha. Assim, médicos/as dizem quem são os/as doentes e os/as saudáveis, psiquiatras ditam quem são os/as loucos/as e os/as lúcidos/as, juízes determinam quem são os/as culpados/as, professores/as separam entre os/as aptos/as e inaptos/as e pais anunciam os filhos e filhas que são motivo de orgulho ou de vergonha de terem os/as criado.

Poder-se-iam citar outros focos que, a partir do século XVIII ou do século XIX, entraram em atividade para suscitar os discursos sobre o sexo. Inicialmente, a medicina, por intermédio das ‘doenças dos nervos’; em seguida, a psiquiatria, quando começa a procurar – do lado da ‘extravagância’, depois do onanismo, mais tarde da insatisfação e das ‘fraudes contra a procriação’, a etiologia das doenças mentais e, sobretudo, quando anexa ao seu domínio exclusivo, o conjunto das perversões sexuais; também a justiça penal, que por muito tempo ocupou-se da sexualidade, sobretudo sob a forma de crimes ‘crapulosos’ e antinaturais, mas que, aproximadamente na metade do século XIX se abriu a jurisdição miúda dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância, enfim, todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo – tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele. (FOUCAULT, 2009a, pág. 36-37).

No que se refere à orientação sexual podemos dizer que, juntamente com os princípios cristãos, a heterossexualidade monogâmica foi eleita como sinônimo de saúde e de normalidade, transformando aqueles/as que não condizem com suas práticas em doentes e criminosos (Foucault, 2009a). Tal prática, em grande medida protagonizada pela medicina, é caracterizada por um ideal de higiene como um “regime de saúde das populações” (Foucault, 2014, pág. 308), isto é, de limpeza dos espaços urbanos daquilo e daqueles/as que não condizem com a decência e a saúde para o coletivo.

Para esse fim, não há somente o estabelecimento de discursos, mas também a construção de prédios, de procedimentos, de leis, de instituições, entre outros, que permitem a execução da heterossexualidade monogâmica como norma e a homossexualidade – bem como outras formas de orientação sexual e configurações sociais – como desvio, anormalidade. Eis uma das facetas do dispositivo da sexualidade que combina o conjunto de sanções, produções e construções que constituem e atendem a uma urgência temporal da qual dota os dispositivos de “uma função estratégica dominante”, conforme citado anteriormente. É por isso que Guacira Lopes Louro (2009, pág. 89) afirma que “(...) a heterossexualidade só ganha sentido na medida em que se inventa a homossexualidade. Então, ela depende da homossexualidade para existir”.

Muito embora as identidades são – e serão – uma constante referência para construir esse trabalho – porque eu também me pauto por elas para ter um ponto de partida: aplicativo, *gay*, por exemplo –, não quero que o leitor ou a leitora entenda que nos momentos em que eu me referir a elas, signifique que eu estou compactuando para o fortalecimento do caráter sedutor delas, mas apenas evidenciando que elas fornecem um mínimo de inteligibilidade para que tanto os usuários em interação nos aplicativos, bem como eu e você leitor/a tenhamos um mínimo de referência em comum para haver comunicação. Aliás, o problema maior nem reside em se referir às identidades como tais, mas enxerga-las que, no momento da referência, como se existissem sem proporcionar armadilhas que, no máximo, garantem somente o risco de nos equivocarmos. Somente reconhecendo o seu caráter frágil é que poderemos começar um tensionamento de sua pretensa fixidez, rigidez e estabilidade e, assim, possibilitar a nossa assunção das rédeas das formas por meio das quais nos posicionamos e nos posicionaremos em meio ao convívio social.

Um desses tensionamentos das identidades foi consequência das lutas e articulações protagonizadas pelos movimentos baseados no feminismo (HALL, 2011), com os quais, o gênero pôde ser entendido como uma identidade cultural que demarcava socialmente o lugar desigual e hierárquico das mulheres e que, sendo organizado politicamente, poderia ser diferente ou dirimido¹⁰. Para isso, um de seus lemas era “o pessoal é político” a fim de evidenciar que as submissões das mulheres no âmbito privado são resultadas de questões que se dão em âmbito público. Portanto, se os problemas enfrentados pelas mulheres em suas casas precisavam ser transformados, elas teriam que levar o social – no sentido mais próximo do público – em consideração. No âmbito público, as articulações políticas possibilitaram o compartilhamento das situações invisibilizadas pelas intimidades acontecidas entre as

¹⁰ Cabe ressaltar que, num primeiro momento, o movimento social era organizado por mulheres e tinha, na identidade “mulher”, a aposta de suas reivindicações políticas. Entretanto, seria “a mulher” o único sujeito possível do feminismo? Questiona-se Judith Butler (2014). Segundo a autora, a exigência política baseada na identidade articula-se com lógicas de exclusão e inclusão a fim de apontar que a identidade “mulher” é tão forjada por meio de relações de poder como qualquer outra. Trata-se de um poder que não articula somente questões e identidades da mulher, mas também de outras, como as de classe, raça, sexo, região, etc. Nas palavras de Butler “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (Ibid., p. 20). A aposta na noção de gênero para evidenciar as relações de poder que a sustenta é algo defendido pelos estudos de gênero recentes e que, além disso, não se expandiram sem o atrito com alguns posicionamentos dos movimentos feministas que defendiam a manutenção da identidade de “mulher” em contraposição ao conceito de gênero porque este último poderia invisibilizar suas especificidades. Portanto, o tensionamento das identidades de gênero não aconteceu sem atritos provando o quanto as identidades são (frágeis) resultados de disputas políticas.

mulheres nos espaços privados e, assim, construíram redes não só de apoio, mas também de enfretamento de suas vulnerabilidades. Esse movimento não só tensionou as identidades aparentemente fixas de gênero, como também abriu espaço para que as identidades sexuais também o fossem.

No que se refere ao tensionamento das identidades sexuais, Eve Sedgwick (2007) diz que as relações estabelecidas entre pessoas do mesmo sexo estavam relentas ao âmbito privado porque o ambiente público desenvolveu-se pautado somente sobre a égide da heterossexualidade, de modo que somente o seu exercício poderia ser realizado em público. Assim, todas as práticas homossexuais, estivessem elas expressas em identidades ou não, deveriam ocorrer de modo sigiloso, discreto, mesmo após os movimentos de afirmação identitária das homossexualidades ocorridos nos Estados Unidos e marcados pela “Revolta de *Stonewall*”¹¹ em 1969. Essa lógica dual na qual a heterossexualidade (visível, pública, inteligível, aceitável) se sustenta em uma oposição às identidades homossexuais (invisíveis, privadas, ininteligíveis, inaceitáveis) estabeleceram um regime de controle de (in)visibilidade das sexualidades dissidentes¹² por meio de uma expressão que crava o caráter escondido, secreto, sigiloso, despercebido e discreto nos quais as interações homoeróticas deveriam ocorrer e que, segundo a autora, “(...) é a estrutura definidora da opressão *gay* no século XX” (Ibid., p. 26): o armário.

Desse modo, as pessoas que não se sentirem confortáveis com os roteiros da heterossexualidade – a identidade compulsoriamente dada ao exercício de nossas sexualidades (RICH, 2010) – provavelmente terão que, num momento ou outro, negociar com o poder

¹¹ “(...) Na noite de junho de 1969, uma tentativa da polícia de Nova York de interditar o bar Stonewall Inn, situado na Christopher Street, movimentada rua da região boêmia frequentada por homossexuais, deparou-se com a reação irritada dos próprios frequentadores da área, que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais. Os protestos de Stonewall passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o ‘Dia do Orgulho Gay e Lésbico.’” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 45). Para saber mais sobre a Revolta de Stonewall e suas influências sobre o movimento LGBT, especialmente no Brasil, vale a consulta ao livro organizado por Leandro Colling (2011) “Stonewall 40+ o que no Brasil?”. Além disso, cabe dizer que, como afirma o historiador John D’Emilio (1983), a falta de pesquisas e de informações sobre como as relações homoeróticas se davam em outros contextos e países fizeram com que as identidades que emergiram politicamente desse movimento afirmativo, como as de *Gay* e lésbica, fossem tidas como universais de modo que, todos dissidentes sexuais tivessem que revelar o segredo de suas atividades por conta do ambiente opressivo em que viviam. Isso não quer dizer que não exista opressão, mas quer dizer que as experiências homoeróticas são mais variadas e diversas do que as limitadas ao contexto norte-americano, inclusive, podendo ter outras denominações e identidades que diferem das de *gay* e lésbica como, no caso do Brasil, as de viado e de bicha.

¹² Concordo com Leandro Colling (2016) quando, em artigo recentemente publicado na Revista Cult sobre as tensões políticas atuais no Brasil entre o fundamentalismo religioso cristão e as demandas do movimento social LGBT, prefere o termo “dissidências sexuais” no lugar de “diversidade sexual”, porque o primeiro termo evidencia as relações hierárquicas das diferenças, ao contrário do termo “diversidade” que só demarca que há diferenças, mas que, aparentemente, não há hierarquias entre elas.

sobre a visibilidade de suas práticas e desejos. Por isso, estar fora do armário para se referir às pessoas que afirmam o seus lugares de “desvio” da (hetero)sexualidade e estar dentro do armário para as pessoas que estabelecem práticas homoeróticas de modo sigiloso por meio da manutenção do “segredo”, se tornaram expressões usuais no cotidiano dos desviantes sexuais – especialmente nos contextos que antecederam à expansão da internet que tem tensionado os limites imaginários do que deve permanecer em âmbito privado e o que pode se tornar público, como será tratado na seção II – e dentre aqueles/as que convivem com os não-heterossexuais.

Aliás, de acordo com Sedgwick (2007), as identidades homo e heterossexuais são codependentes, porque os riscos de se assumir como homossexual de modo público não causa prejuízos somente para os que assim o fizerem quando correm o risco de perder seus empregos, apoio familiar e/ou amistoso, mas também – e esse pode ser um dos motivos que possibilitam explicar o porquê de as dissidências sexuais incomodarem tanto – despertam a insuportabilidade que é para uma sociedade pautada somente na heterossexualidade ver uma de suas identidades, aparentemente inquestionável, ser tensionada a ponto de o conforto da segurança que a identidade (hetero)sexual garante ser desfacelada e, assim, ter que conviver com a ideia de que ela não é o único modo de se relacionar afetiva e sexualmente.

É muito comum, dentre aqueles e aquelas que experienciam as relações afetivas e sexuais não somente baseadas na heterossexualidade, terem que enfrentar essa “epistemologia do armário”. Em tempos de internet, Miskolci (2009) percebe que esse armário – antes restrito aos ambientes privados como as casas ou lugares comerciais GLS (bares, saunas, casas noturnas) – foi ampliado. A internet ainda reifica a lógica da manutenção do segredo das práticas sexuais dissidentes, pois o ambiente público ainda se apresenta de modo hostil para as práticas e relações homoeróticas. Isso é o que pode explicar as preferências de muitos usuários nos aplicativos em privilegiar a manutenção do “segredo” de suas práticas a ponto de, no momento que notavam que eu era pesquisador, ficarem preocupados em saber como os dados seriam utilizados e onde eles poderiam chegar. Em outras palavras, o fato de eu estar ali presente como pesquisador representava uma ameaça à garantia da invisibilidade de seus desejos de modo que a internet, mais do que implodir a lógica que garante o lugar de invisível às práticas homoeróticas, passou a ampliar o segredo agora conectado em rede por um número maior de pessoas.

Embora a lógica do armário seja um imperativo dentre os desviantes da (hetero)sexualidade, não acredito que podemos tratar o dentro e o fora do armário de modo tão frio como se quem está fora já tivesse a sua sexualidade estampada o tempo todo no rosto e quem está dentro guardasse um segredo inatingível. As identidades nos colocam em lógicas que não nos permitem ser completamente assumidos ou completamente escondidos, há, o tempo todo – e não só entre aqueles/as que possuem práticas homoeróticas, mas aqui é o caso – uma negociação da visibilidade de nossa sexualidade por meio da qual vamos definindo onde tornaremos nossas sexualidades públicas e onde as tornaremos privadas, de quem deveremos esconder e para quem poderemos revelar. Nos aplicativos – e na internet de um modo geral – basta olharmos para como as pessoas constroem os seus perfis, escolhem os seus nomes de usuário, quais imagens elas exibem, bem como o modo que elas se descrevem, que ficará claro ao que elas preferem dar visibilidade e, o mais importante, o que ficará invisível. A essa negociação, Miskolci denomina de um “regime de visibilidade”.

Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição ou invisibilidade. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável. (MISKOLCI, 2014, p. 62).

Esse regime explicita o quanto as identidades, ainda que falhas, são imperiosas nos modos como negociamos nossos afetos, nossos desejos, nossas aproximações e os nossos distanciamentos. Entretanto, como explicitado também, isso não quer dizer que elas estão imunes a serem questionadas, sendo, assim, levadas a enfrentarem a suas frágeis bordas limítrofes.

Eu mesmo, movido pela sedução das armadilhas identitárias, escolhi pesquisar os aplicativos porque, num primeiro momento, e de forma até um pouco ingênua, cheguei a supor que, por se tratar de plataformas que permitem a interação com outros usuários a partir da localidade geográfica podendo, entre eles, haver a interação com os usuários mais próximos, os aplicativos poderiam contribuir para uma ampliação do exercício dos prazeres a ponto até de tornar o público menos heterossexual e com mais visibilidade das dissidências. Percebi, já em outras etapas da pesquisa, que o on-line pouco se difere do mundo off-line.

Comparar a comunicação mediada pela internet com a comunicação realizada face a face parece não ser muito adequado. Seria mais frutífero pensar na comunicação digital como *mixed modality*, isto é, uma modalidade misturada, na qual há a combinação de elementos da comunicação corporal e/ou escrita. Ao invés de aproximar interação mediada pela internet como se fossem semelhantes as realizada face a face, nós criamos, a partir do nosso repertório de comunicação, habilidades para utilizar as ferramentas que dispomos para fazer o que queremos. (BAYM, 2010, sem número. Tradução e grifos meus).

Desse modo, ao contrário do modo como muitos encaram a internet, de que ela é um espaço cindido com a realidade cotidiana, pude notar que há muito mais do off-line no on-line do que o contrário e, assim, poucas são as possibilidades de transformação porque o público heterossexualizado impera sobre como as relações homoeróticas devem se dar, isto é, de que o lugar delas é um espaço que, pelo menos, aparente ser privado como, no caso, as plataformas digitais. É por isso que, embora seja a internet uma novidade de tempos recentes, há, talvez, muito mais continuidades do que rupturas com os modos tradicionais de nos relacionarmos mesmo após o seu advento e disseminação popular.

O regime de visibilidade, embora tenha especial destaque sobre as identidades ligadas às sexualidades, não se limita a elas. Há muitos outros regimes de visibilidades que são estabelecidos a partir da força das identidades em demarcá-las de modo hierárquico. Neste trabalho, tentarei evidenciar essas negociações identitárias para além das identidades sexuais, como, por exemplo, a identidade de pesquisador. Apresentar-me no campo como pesquisador me possibilitou tensões sobre o lugar que essa identidade me permite ocupar. Alguns usuários me procuraram ávidos por explicações ou respostas sobre o comportamento dos usuários nos aplicativos como, por exemplo, entender o porquê que é difícil encontrar uma pessoa para construir laços afetivos ali. Outros usuários me propuseram uma espécie de “sexo investigativo” no qual eu, bicha/viada/safada, fico tentada, mas, ao mesmo tempo, esbarro não só em questões éticas de pesquisa, mas também em questões que envolvem o fato de eu ter um relacionamento afetivo estável com outro homem em um acordo monogâmico.

Houve, até mesmo, usuários que questionaram minha metodologia de investigação ao afirmar que ao me identificar nos aplicativos como pesquisador, minha coleta de dados estaria comprometida, pois muitos usuários não falaria comigo sob o risco de terem suas práticas sexuais expostas. Tais questões de cunho ético, epistemológico e metodológico estão especialmente tratadas na seção um e que, de certo modo, tratam sobre como eu negocie as minhas posições de pesquisador, viado, safado, namorado, numa pesquisa sobre aplicativos em que o homoerotismo norteia as relações.

Nos aplicativos, a maneira como os usuários podem dar (in)visibilidade não se baseia somente em suas vontades, há elementos que fogem ao controle do usuário como, por exemplo, a arquitetura dos aplicativos. O formato por meio do qual os aplicativos organizam e permitem os usuários fornecerem informações sobre si são estabelecidos pelos seus administradores e não pelos seus usuários. Portanto, antes mesmo de o usuário pensar sobre como construirá o seu perfil e quais informações ali exibirá, a quantidade de caracteres, o formato da foto (que pode ser censurada), quais informações estarão presentes no seu perfil (idade, localização, interesses, status sorológico, preferências sexuais, etc.) e até mesmo quais informações dos usuários serão repassadas para empresas parceiras, depende do modo como os aplicativos são projetados. Nesse sentido, se o usuário possui um controle limitado da negociação do que ele tornará visível, por que, mesmo assim, essas plataformas não deixam de acumular usuários numa escala crescente? No que tange ao usuário, o que ele escolhe deixar (in)visível? As negociações entre as plataformas aqui pesquisadas e o modo como os usuários as utilizam serão problematizados na segunda seção deste texto e prosseguida em um outro tom na terceira seção.

Os aplicativos são, inevitavelmente, marcados por lógica do mercado e não só pelo fato de que eles são um produto comercial desenvolvido para fins lucrativos, mas também porque as armadilhas das identidades ligadas ao homoerotismo e à forma como as masculinidades têm sido delineadas nos últimos anos em nossa cultura, criam perfis, corpos e pessoas mais desejadas e procuradas do que outras, estabelecendo assim, uma relação de oferta e procura de corpos (in)desejáveis. Um dos usuários que entrevistei, o Fabrício¹³, mencionou ter saído e voltado para os aplicativos algumas vezes, e não por razões ligadas a, por exemplo, ter encontrado um parceiro com o qual estabeleceu um relacionamento monogâmico, mas por outras razões que dizem respeito à decepção dos contatos que estabelece por ali. Se, para ele, o aplicativo é um lugar de decepção a ponto de sair, por que voltar? Na seção três, e com a ajuda de Eva Illouz (2007; 2016a), tentarei pensar os aplicativos como um dispositivo que funciona a partir de um mercado dos afetos/corpos onde elementos como competição, acúmulo de encontros, a busca pela novidade e a criação de perfis como mercadorias expostas¹⁴ a serem consumidas expressam o caráter altamente

¹³ Apenas três interlocutores da pesquisa possuem nome fictício, pois são os três com os quais fiz uma entrevista mais extensa sobre suas práticas nos aplicativos. Os outros usuários com os quais só aconteceram interação no espaço dos aplicativos, eu os numerei na mesma ordem em que as interações foram acontecendo. Portanto, o Usuário1 foi o primeiro com quem tive contato em campo e o Usuário48, o último. (consultar apêndice).

¹⁴ A essa transformação de si em mercadoria com a finalidade de ser atrativo no mercado é chamada por Miskolci (2012b) de “comodização” que, segundo ele, “(...) se refere ao ato de construir uma imagem ou

capitalizado das emoções, do corpo e, assim, dos processos de subjetivação a ponto de, em caso de saída do aplicativo, isso significar deixar de ser visto, cortejado e/ou procurado, acabando, assim, muitas vezes, retornando à concorrência no mercado dos afetos ou, nas palavras de alguns usuários, no “mercado de carnes”/“açougue”. O retorno evidencia uma emoção contemporânea frágil na qual a demanda de reconhecimento impera sobre as estratégias que estabelecemos para nos sentirmos vivos.

Ao final deste trabalho, a leitora ou o leitor deverá ter conhecido um pouco mais sobre como as identidades, e as relações que estão ligadas ao homoerotismo, se dão no contemporâneo quando mediadas pelos aplicativos geolocalizados para o público *gay*. Elementos que giram em torno do prazer, da estética, do erotismo, das ansiedades, das formas de sociabilidades, das decepções, do corpo e das masculinidades serão traçados por meio de algumas pistas possíveis de serem trilhadas a partir de uma investigação cartográfica realizada a fim de tornar este texto possível. E, no meio de todas essas tensões e traçados, ainda há eu, um homem, bicha/viada, safada na busca de apresentar um micro recorte do contemporâneo por meio do privilégio da visão parcial/local que permite vislumbrar um processo de territorialização específico – que será tratado já na primeira seção. Boa leitura!

apresentação de si mesmo como ‘mercadoria’ a ser ‘consumida’, algo perceptível, por exemplo, na construção de um perfil on-line voltado para paquera. A comodização de si mesmo envolve a escolha das imagens pessoais, a atenção aos aspectos estéticos e, sobretudo, ao potencial de apelo em relação a um possível interessado, pensado como uma forma de consumidor para este self forjado on-line a partir de procedimentos similares aos da criação de uma mercadoria.” (Ibid., p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS – E AQUELE “CALIFORNIA DREAMING”?

“*All the leaves are brown, and the sky is gray. I’ve been for a walk (...)*” e “*If you are going to San Francisco, be sure to wear some flowers in your hair (...)*” são inícios de músicas que surgiram em um contexto histórico específico, mas que, ainda, atravessam o tempo de modo que ela é reconhecida ao ser tocada ou ao ser escrita. A banda musical, cuja autoria das músicas lhes pertencem, *The mamas and the papas*, foi, e ainda é, um dos símbolos do movimento contracultural que aconteceu na Califórnia, nos Estados Unidos, entre os anos 60 e 70.

Suas músicas desenham uma Califórnia altamente atrativa para os dissidentes políticos (MISKOLCI, 2016b), isto é, aqueles e aquelas que eram contrários/as ao desenvolvimento das bombas nucleares, bem como contra os conflitos estabelecidos pós Segunda Guerra Mundial que deram origem ao que chamamos de Guerra Fria. Dentre as diversas disputas entre os dois países líderes desses conflitos, os EUA e a União Soviética – o primeiro o líder do bloco capitalista e, o segundo, líder do bloco socialista – houve uma disputa altamente tecnológica. Variando de tecnologias bélicas a disputas pela conquista dos espaços para além do Planeta Terra, como a Lua, surgiu também, por parte do Departamento de Defesa dos EUA, o desenvolvimento da internet a fim de controlar o lançamento de bombas e de controle de informação por meio da vigilância tecnológica contra o bloco socialista (ATHIQUE, 2013).

No contexto desse movimento contracultural havia o questionamento do controle e poderio bélico norte-americano, juntamente com o incentivo de pesquisa tecnológica que tinha, como protagonista, a Universidade de *Standford*: “(...) Se até hoje o ‘ingrediente secreto’ de *Standford* não foi revelado, tal como o algoritmo do Google, o fato é que as raízes do Vale do Silício encontram sua fonte de água nesse campus e em seu incrível ecossistema” (MARTEL, 2015, p. 22). Ainda que leve em consideração o conceito de cibercultura, sobre a invenção dos computadores e da internet em meio ao movimento contracultural, André Lemos diz:

(...) Mais do que uma questão tecnológica, o que vai marcar a cibercultura não é somente o potencial das novas tecnologias, mas uma atitude que, no meio dos anos 1970, influenciada pela contracultura americana, acena o poder tecnocrático. O lema da microinformática será: “computadores para o povo”. (LE MOS, 2015b, p. 99).

A partir desse contexto contracultural e tecnológico da Califórnia, a detenção exclusiva das novas produções dos meios de informação (microcomputador e internet), pertencentes aos gigantes do capital e ao poder militar, começou a perder sua hegemonia a partir do questionamento de um grupo de pessoas que passou a perceber a potencialidade de outros possíveis e, por isso, perceberam que essas tecnologias poderiam ter outros fins.

(...) um verdadeiro movimento social nascido na Califórnia na efervescência da ‘contracultura’ apossou-se das novas possibilidades técnicas e inventou o computador pessoal. Desde então, o computador iria escapar progressivamente dos serviços de processamento de dados das grandes empresas e dos programadores profissionais para tornar-se um instrumento de criação (de textos, de imagens, de música), de organização (bancos de dados, planilhas), de simulação (planilhas, ferramentas de apoio à decisão, programas para pesquisa) e de diversão (jogos) nas mãos de uma proporção crescente da população dos países desenvolvidos. (LÉVY, 2010, pág. 31-32).

A transição dos veículos de informação com finalidades empresariais e de negócios para um computador que passou a ser possível ser utilizado de forma individual – o *personal computer* (PC) – possui uma história de transição que, chamarei aqui, de político-mercadológica. A empresa que detinha a produção dos computadores ainda pouco funcionais para o uso pessoal – pois eram vistos como máquinas para calcular e não como ferramentas de trabalho pessoal – era a IBM (STONE, 1998). A primeira tentativa de criação de um computador pessoal que possuía ferramentas para um uso mais próximo às atividades de um escritório (produção textual, agenda, manuseio de imagens, etc.) foi lançado por uma empresa, hoje, bastante conhecida e líder no mercado das tecnologias: a *Apple*. Os objetivos da empresa não consistiam somente em competir com a IBM, mas também em evitar um total controle e vigilância pelos superpoderosos como era previsto por George Orwell com a obra: 1984.

(...) O Macintosh, computador pessoal, interativo (ícones, janelas e *mouse*) e convival vai proporcionar, pela primeira vez, ao grande público, a apropriação técnica, simbólica e social da informática, até então propriedade privada de uma elite científica e industrial. (...) A maçã mordida guarda aqui toda sua carga simbólica. Ela ilustra, no caso da microinformática, o pecado da modernidade, seu verdadeiro pesadelo tecnológico: a descentralização do poder e a possibilidade de a rua encontrar formas novas de uso da tecnologia. A maçã mordida é um golpe poderoso no coração da modernidade tecnocrática. (...) Como vimos, produto da contracultura americana, a microinformática é consequência de uma atitude perante o mundo da tecnologia militar. Os radicais californianos, influenciados pelas ideias dos anos 1970 (pacifismo, liberdade sexual, ecologia, comunidade), vão competir com o sistema tecnocrático através de uma posição proativa. (LEMOS, 2015b, pág. 196).

Entretanto, talvez, a maçã mordida não ilustre somente o pecado da modernidade, como também o da atual incoerência. A *Apple* surgiu em uma garagem – a de Steve Jobs e de Steve Wozniak (LE MOS, 2015b) – na Califórnia e, embora tenha surgido nesse clima de possível movimento de ampliação do acesso à informação – portanto, um movimento político “contestador” –, a *Apple* passou a ser uma das empresas com maior representatividade e poder no mercado das tecnologias de informação atualmente. Nota-se aqui que, primeiramente, um movimento que se pretendia revolucionário quanto à informação e, por isso, talvez significava uma possibilidade de enfretamento às desigualdades sociais, perdeu força quando, ao invés de solucioná-las, investiu em políticas que, hoje, intensificam e demarcam ainda mais as desigualdades sociais. Sobre a região do Vale do Silício atualmente:

(...) Os jovens fogem do Vale, porque o centro da cidade é mais cool; os mais pobres também, para se instalar nos bairros sensíveis e menos caros de East Palo Alto ou nos guetos de Oakland. Pois o Vale do Silício é uma das regiões onde as desigualdades mais se agravaram nos últimos trinta anos. Se os gigantes da net são vistos mundo afora como idealistas – ou predadores –, o fato é que não conseguiram erradicar a pobreza na baía de São Francisco. Propõem soluções escaláveis para todos os problemas, mas não apresentam nenhuma para quem não tem smartphone nem dinheiro no bolso, a poucos metros de distância de suas instalações. (MARTEL, 2015, p. 37).

Aliás, como aponta uma recente pesquisa sobre o uso dos aplicativos em São Francisco, Richard Miskolci (2016b) afirma ainda que a cidade tem passado por um crescente processo de gentrificação evidenciando assim que o contexto californiano – o qual foi atravessado, por um momento, por processos que visavam a redução das desigualdades e a procura por uma ampliação democrática por meio das novas tecnologias –, depois de alguns anos, tem se apresentado, em seu próprio movimento de constituição urbana, uma cidade higienizada e pouco afeita às diferenças. O processo de gentrificação é um

(...) termo criado pela socióloga britânica Ruth Glass e que designa um conjunto articulado de transformações em áreas que passam a ser objeto de interesse de incorporadoras e autoridades municipais, as quais tendem a tomar medidas que reformam o aparelho urbano encarecendo a área. (MISKOLCI, 2016b, sem número).

Esse processo de gentrificação interfere nos modos com os quais os *gays* atualmente estabelecem contatos sexuais e afetivos porque faz com que as viadas pobres, racializadas, afeminadas, entre outro/as, não tenham, no espaço público, a aceitabilidade e o respeito que lhes são dignos e, assim, o contexto urbano faz, muitas vezes, com que algumas pessoas busquem no on-line suas possibilidade de encontros e construção de relacionamentos. Ainda

que a situação acima descrita aconteça no contexto norte-americano, parece-me que ela possui continuidades com o envolvimento por meio dos aplicativos nesta pesquisa que, conforme trabalhado durante todo o texto, apontam para cidades que também se apresentam como altamente inóspita para os dissidentes sexuais, especialmente, aqueles e aquelas que rompem não só com normativas sexuais, mas também, de raça, classe e, principalmente, de gênero, ainda que cidades – como Assis, por exemplo – não sejam – ainda – atravessadas por um processo de gentrificação tão intenso como tem ocorrido nas metrópoles brasileiras . De qualquer forma, e guardada as devidas proporções, há um processo urbano que garante uma higienização dos espaços públicos que, assim, faz com que os desvios procurem os ambientes on-line favorecendo uma alta seletividade que, muitas vezes, acaba por restringir os encontro ao invés de encorajá-los.

(...) Ao invés de um impulsionador de relações arriscadas, os aplicativos tendem a criar filtros de seleções que tendem a higienizar a busca sexual. A geolocalização apenas introduz mais um fator a considerar na seleção, a proximidade, evocando em mentes mais impressionáveis o fantasma do *cruising* [prática de encontros sexuais não permeada por mídias digitais que envolvem técnicas de proximidade homoerótica nos contextos públicos e que variam de acordo com as diferentes culturas] durante o pânico sexual da aids na década de 1980. (MISKOLCI, 2016b, sem página).

E aquele “*California dreaming*” que defendia um mundo de paz e amor e que questionava as relações de poderes políticas e econômicas? No que se refere aos aplicativos, além de todas as questões já trabalhadas ao longo deste texto, a atual configuração de quais empresas possuem os dados dos usuários e de como esses dados podem ser utilizados para sofisticar a leitura de um nicho consumidor – com pouco esforço de transparência de suas configurações e programações para os usuários de como isso se dá – parece nos lembrar o que Haraway (2009) chamará de uma sociedade da “informática da dominação”, Foucault (2014) de sociedade disciplinar e Deleuze de “sociedades de controle”.

O avanço das técnicas que se apresentam como tecnologias “limpas, leves e avançadas” caracteriza o que Haraway (2009) vai chamar de “informática da dominação” a fim de denunciar a sofisticação da dominação hierárquica por meio de aparatos e técnicas de controle que se apresentam como avançadas e, por isso, desejáveis, mas que comprometem a superação das hierarquias de classe, de raça e de gênero. É por isso que Haraway defenderá uma luta feminista na qual é imprescindível reconhecer as técnicas de comando dessas tecnologias para, assim, serem lugares de ocupação e subversão feminista. O início dessa sociedade possui como um de seus pilares de sustentação do que Foucault (2009, 2014) vai

chamar de biopolítica e que consiste na regulação da vida por meio de normas, técnicas administrativas, instituições, políticas públicas e estatísticas que disciplinam, higienizam e docilizam os corpos em prol da manutenção de alguns interesses sociais. Tal sociedade será chamada pelo autor de sociedade disciplinar.

Entretanto, para Deleuze (2013), essa sociedade não estaria mais calcada somente na disciplina, mas também num extremo controle que a caracterizará em um capitalismo que não se sustenta na exploração das matérias primas, mas sim dos serviços e das ações como elementos de construção dos processos de subjetivação que, de preferência, se tornem produtos ou mercadorias. Por isso, segundo ele, uma “sociedade do controle”:

Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (...). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou à rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se "dividuais", divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou "bancos". É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro - que servia de medida padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. (DELEUZE, 2013, pág. 226).

Seguindo a ideia de que as lógicas de dominação e as hierarquias estariam agora no micro, e até invisíveis por meio de processadores, satélites, pílulas, etc., é que Preciado (2014a) diz que estamos vivendo uma era farmacopornográfica. Essa sociedade é pós-fordista, pois caracteriza uma política capitalista sofisticadíssima por meio de um “(...) regime pós-industrial, global e midiático (...) [de] processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-porno) de subjetividade sexual, dos quais a pílula e a *Playboy* são paradigmáticos, ‘farmacopornográficos’.” (PRECIADO, 2014a, p. 34-35. Tradução minha).

Em outras palavras, trata-se de uma sociedade que sustenta a formatação de técnicas que se tornam corpo por meio de substâncias que interferem no metabolismo – como, por exemplo, os produtos farmacêuticos –, bem como por práticas “semiótico-técnicas”, como, por exemplo, a indústria pornográfica e o seu efeito despertante de formatação de corpos sarados que acabam reverberando na dinâmica dos aplicativos. Esses dois movimentos majoritários marcam a sofisticação da dominação da formação dos processos de subjetivação que o autor chamará de “subjetividade toxicopornográfica” que consiste no motor de sustentação do capitalismo atual por meio do qual se produz corpos viciados e sexuados.

Vimos que, com os aplicativos, é possível perceber todos esses elementos de controle destacados pelos autores e autoras acima porque o movimento majoritário dos processos de subjetivação diz respeito a uma normatização e higienização dos corpos masculinos que muito se aproximam tanto das referências pornográficas *gays* como também, ao mesmo tempo, esse processo se apresenta nos corpos que buscam por técnicas de construção e definição corporal alinhadas com a ideia de saúde, beleza e bem-estar. Portanto, há tanto os elementos fármacos quanto os elementos pornográficos preconizados por Preciado, bem como, os aspectos afeitos ao mercado facilmente lido pelo controle dos dados dos usuários como previu Deleuze.

Quis aqui, delinear pistas que pudessem nos levar a pensar os processos contemporâneos de subjetivação de homens que se envolvem nas práticas homoeróticas. Seja esses homens *gays*, bissexuais, heterossexuais, bichas, viados ou qualquer outra identidade. Não quero que o leitor termine este trabalho pensando que, ao contrário do que afirmei na introdução, estou me esforçando para concentrar e delinear uma “cultura *gay*” com aspectos uniformes como se todo *gay* estivesse em busca de acumular parceiros, definir os seus músculos ou se organizar em constantes dietas, mas, antes, afirmar que, em caso de um homem se interessar por outro homem para encontros sexuais ou para a construção de relacionamentos mais estáveis, certamente ele se deparará com essas questões. Depara-se com elas não significa segui-las de modo estrito e obediente, mas dizer que, independentemente da nossa autonomia de negociar com essas relações de poder, não temos a possibilidade não lidar com essas questões de um modo ou de outro. Logo, não estou contrariando o que defendi na introdução, pelo contrário, estou reafirmando-o: as identidades são armadilhas sedutoras.

Assim, não estou defendendo uma uniformidade quanto à vivência *gay* nos aplicativos, mas apenas apontando algumas pistas sobre os processos de subjetivação de homens que se envolvem com outros homens e que, devido ao seu caráter hegemônico, acabam ganhando mais destaque as normativas de raça, gênero, classe e de sexualidade. Talvez isso tenha acontecido porque o meu objeto de pesquisa são os aplicativos, pois se eu estivesse pesquisado as pegações em banheiros públicos ou, até mesmo, a comunidade travesti de Assis, seriam delineados formas outras de lidar com as hegemonias culturais. Aliás, reconheço como uma lacuna neste trabalho, a falta de atenção aos processos que destoam das normativas trabalhadas. Entretanto, seria necessária outra pesquisa para pensar de que formas o amor, o sexo, e as negociações do e com o poder se dão fora dos aplicativos.

Percebo, como destaquei no primeiro capítulo, que as atuais pesquisas em ciências humanas, especialmente as que tangem as mídias digitais, têm exigido novas posturas metodológicas e éticas, principalmente, quando o pesquisador – como eu – também é atravessado pelas lógicas de poder que (re)produz os corpos masculinos, o homoerotismo, a juventude, etc. A posição de pesquisador não só fez com que alguns homens que buscam pela discrição deixassem de me trazer mais informações por receios quanto à publicidade de suas práticas e relações sexuais, bem como, por outro lado, também me senti como alguém especializado para escutar demandas que afligiam alguns usuários naquele espaço e que viam em mim uma possibilidade de “explicar” suas decepções e insatisfações ali – ainda mais quando eu confessava estar fazendo pesquisa na Psicologia.

Além de exigir novas formas de conduta metodológica e ética, as mídias digitais, antes mesmo de se pensar em aplicativos, têm estado presente cada vez mais nos processos de subjetivação e, juntamente a ela, trazendo novas relações com o tempo e com o espaço de modo cada vez mais acelerado e, também, cada vez mais filtrado porque permite onde e com quem se encontrar a partir de outras ferramentas, ampliando escolhas que tendem para uma maior busca por pessoas semelhantes ao que desejamos do que pelas pessoas que se afastam de como imaginamos um/a parceiro/a. Entretanto, isso indica que as interações e acontecimentos ocorridos em ambientes on-line não significam, como espero ter ficado claro, que a internet possibilita um mundo imaginário, à parte do cotidiano, onde todos os perigos e possibilidades estão em concomitância. Trata-se, antes, de um encaixe das mídias no cotidiano a fim de acelerar, facilitar e agilizar os encontros, os negócios e as relações. Trata-se de um recurso que muitos recorrem pelo sufocamento das normas do trabalho, do sexo, dos afetos, do mercado, da cidade, mas por meio das ferramentas que acentuam – e não necessariamente rompem – essas normas, pois são produzidas para e por elas.

Já no último capítulo, percebi que os aplicativos têm reforçado normas de raça por meio da evidência e da preferência pelo corpo branco. Normas de masculinidade, por meio dos elementos que normativamente são identificados como exclusivamente de homens tais como pênis, corpo musculoso para indicar força, barba, aparente heterossexualidade, entre outros. Normas geracionais porque é nítida a procura por pessoas entre vinte e trinta anos. Normas de tempo e de lugar, como a preferência por quem tem local para se estabelecer um contato breve e efêmero. Todas essas normas guiam os usuários a negociar com elas de modo que somam-se a eles elementos de mercado, não só pela “liberdade” de escolha a partir de uma imensa disponibilidade de possibilidade de encontro que, assim, geram processos de

oferta e demanda, como também a partir de uma intensa noção de competição e mercantilização de si acentuando processos de individualização e meritocracia – elementos esses, característicos dos efeitos neoliberais.

Isso significa que não há outras possibilidades de enfrentamento das normatividades nos aplicativos? Outra pergunta certamente muito difícil de responder com um simples sim ou não, justamente porque não posso prever – tampouco condenar – que os aplicativos a nenhum espaço de (não) possibilidade já que isso não me cabe. Também, não estou aqui dizendo que devemos retornar a um “*california dreaming*” como se o sonho norte-americano dos anos 60/70 fosse um sonho nosso. Mas, ao mesmo tempo, que sonho estamos sonhando? Quais os desejos de transformação? Em que direção queremos seguir? Não sei responder essas questões, mas sei que talvez para que elas sejam respondidas de uma melhor forma, é de extrema importância que tenhamos pesquisas que nos tragam pistas sobre as suas dinâmicas e consequentes efeitos.

Entretanto, pelo que pude perceber, os aplicativos tendem a reforçar práticas altamente individualizadas por meio de uma autonomia da escolha que permite os usuários simplesmente ignorarem as diferenças, ainda que tenham contato com elas e, assim, mais do que propor soluções às desigualdades, acabam por reforça-las, mas a partir da configuração de outros territórios e agenciamentos. Embora também os aplicativos destaquem elementos de alta racionalização das emoções e dos critérios de escolha, eles ainda são possivelmente guiados de modo não-coletivo, isto é, intensificam uma individualização de si. O que não quer dizer, necessariamente, que uma acentuação individual condene as pessoas a nunca pensarem coletivamente, porque, ainda que individuais, as produções são coletivas e, assim, podem fazer com que alguns indivíduos despertem para o quanto de coletivo há neles.

Isso não quer dizer que, quando se trata da internet, não mais restrita à conexão por meio dos aplicativos, esforços não vêm sendo realizados para ir à contramão do controle e da produção das subjetividades, nos termos de Boaventura de Souza Santos (2007) “conformistas”, isto é, as que buscam aderir aos processos normatizadores culturais de raça, classe, gênero, idade, entre outros. Ao mesmo tempo em que há esses processos que reforçam normativas sociais e culturais, os aplicativos têm permitido, ainda que de modo segregacionista, a proximidade de algumas pessoas com vulnerabilidades comuns como os conhecidos “nerd/geeks” que são meninos ou meninas que tem preferência por tecnologia e assuntos ligados à ficção científica e que, por isso, muitas vezes, perdem valor no mercado de

disputa por serem considerados caretas demais. Ou, como visto na minha visita à página *Carpe Noctem*, em que um usuário preocupava-se sobre a sua vida após ter se deparado com a sua sorologia positiva e que, ao ver outro perfil como soropositivo, buscou ouvir outras experiências.

Para além dos aplicativos, a própria página *Carpe Noctem*, parece ter formado uma comunidade na qual os usuários insatisfeitos com essas normativas vividas nos aplicativos tornaram as suas indignações e decepções vistas, discutidas, trabalhadas. Infelizmente, não coletei dados sobre os comentários de cada imagem compartilhada para, talvez, conseguir delinear melhor os seus efeitos entre as pessoas que estão em outra plataforma e que, portanto, podem compartilhar outros anseios e decepções com as normativas que atravessam os aplicativos. Desse modo, mesmo que alguns usuários escrevam ou declarem em seus perfis nos aplicativos serem contra a posição de machos discretos que eliminam as afeminadas, as comunidades no *Facebook* parecem ser também um lugar onde esses posicionamentos podem se tornar discussões e, assim, não serem somente problematizadas coletivamente, como também podem criar lugares e posições que fortalecem um enfrentamento das normatividades.

A fim de pensar em enfrentamentos e, assim, ao menos ser desperta a sensação de que não estamos a sós, há a constituição de associações como o WikiLeaks que possui o lema “Privacidade para os fracos e transparência para os poderosos” (ASSANGE, 2013) a fim de garantir uma regulação do controle tanto dos mercados, mas, especialmente, dos Estados no que se refere ao acesso e aos usos dos governos sobre os dados dos usuários cadastrados em redes das mais diversas empresas de informática regias sob a égide do Estado. Para isso, a solução, segundo Julian Assange (2013) – um dos fundadores do grupo – não seria uma negação da expansão da informática, mas, ao contrário, um aprendizado cada vez maior de como se dão seus códigos de controle e de conduta, em suas palavras:

Então acho que as únicas pessoas que serão capazes de manter a liberdade que tínhamos, digamos, vinte anos atrás – porque o Estado de vigilância já eliminou grande parte dessa liberdade, nós é que ainda não percebemos isso – são aquelas que conhecem intimamente o funcionamento do sistema. Então só uma elite *hightech* rebelde é que será livre, esses ratos espertos correndo pela ópera. (ASSANGE, 2013, p. 157).

É nesse sentido que *hackers* possuem certo poder de contestação das normas tecnológicas porque conhecendo as próprias técnicas de vigilância e de controle nas

sociedades atuais, podem, assim agir à distância e de modo anônimo evidenciando possíveis novas ferramentas de guerra na era da “inteligência mecânica” (STONE, 1998). É por isso também que surgem outras organizações como a de um coletivo de artes australiano chamado VSN *Matrix* que se autodeclara como o “vírus da nova desordem mundial” e que possui como objetivo a desconstrução das normatividades de gênero por meio do protagonismo de mulheres na elaboração de cenários e de personagens de games femininos (GOULART & HENNIGEN, 2014). Além do planejamento e produção de plataformas on-line, outras mulheres pertencentes ao movimento *punk* não se restringiam a espaços dedicados ao público feminino, como também faziam questão de competir em jogos cuja presença masculina é significativa e, assim, desestabilizar aqueles que tanto prezam por sempre vencer, em primeiro lugar, as mulheres e, em segundo, os outros homens.

Há ainda outras tentativas de enfrentamento e de articulação on-line. Uma delas, é a criação do site “tem local” (www.temlocal.com.br): “(...) Nele é possível fazer denúncia de lugares que reagiram de forma violenta contra as populações LGBTs” (MORELLI & LEMOS-DE-SOUZA, 2016, p. 144) por meio do registro do local onde aconteceu, bem como da descrição da agressão, sendo assim, possível a qualquer usuário ou usuária que acesse o site, ver um mapa da homo/lesbo/trans/travestifobia. Nesse sentido, o próprio Google criou também um mapa colaborativo chamado “Lugares de Orgulho” que visa disponibilizar um mapa no qual é possível a qualquer pessoa ver os lugares que recebem e tratam com respeito os dissidentes sexuais.

De qualquer forma, para que os enfrentamentos das normatividades existentes nas mídias se realize, ainda há muito o que se fazer, se articular, se movimentar e, mais que tudo, questionar, subverter, desestabilizar e desterritorializar. Para isso, não vejo muitas possibilidades se não, a princípio, tornar essas mídias objetos de estudo e de pesquisas a fim de que se conheça seus tramites, programações e armadilhas. Mais do que como hackers deveríamos agir, como sugere Assange (2013), como ratos que, mesmo em ambientes insalubres, escoamos pelos esgotos a partir de estratégias que visam nada mais do que nossa própria sobrevivência.

Sobre o futuro, pouco se pode dizer, mas, acredito que, qualquer movimentação que seja estabelecida nesse sentido, certamente, não será sem as mídias digitais e os ambientes e plataformas que por meio delas estão disponíveis, como aponta Manuel Castells (2015) sobre as recentes revoluções e manifestações que aconteceram pelo mundo nas quais as redes

sociais desempenharam um papel fundamental em suas articulações. Querendo ou não, a comunicação passou por um processo sem volta, cujas mídias são fatais para uma articulação em massa. Se elas não possuem em sua essência os malefícios do consumo e das normatividades, mas são, antes, efeitos de suas lógicas, o futuro de seus usos não depende somente do modo como são programadas, mas, sobretudo, do que nós faremos com elas a partir dos nossos posicionamentos éticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLIEZ, É. **Deleuze e filosofia virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ASSANGE, J. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ATHIQUE, A. **Digital media and society: an introduction**. Cambridge: Polity Press, 2013. (Edição Kobo).
- ÁVILA, S. **Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.
- BAYM, N. **Personal connections in the Digital Age**. Cambridge: Polity Press, 2010. (Edição Kobo).
- BELELI, I. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, p. 91-114, janeiro-junho, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100091&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 27 dez. 2016.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRAIDOTTI, R. **Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual em la teoría feminista contemporánea**. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- _____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHAUNCEY, G. **Gay New York: gender, urban culture and the making of the gay male world 1890-1940**. New York: Basic Books, 1994.
- COLLING, L (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.
- _____. O que temem os fundamentalistas? Eles nunca deixaram de nos perseguir, mas voltaram a nos eleger como inimigos número um. **CULT – Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo/SP, n. 217, pág. 64-67, out. 2016.
- COLLING, L; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A;

DALLAPICULA, C; FERREIRA, S. R. S. (orgs). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015. p. 171-186.

CONNELL, R. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em 06 jan. 2017.

COUTO, W. E. et al. Práticas sexuais em geolocalização entre homens: corpos, prazeres, tecnologias. **Revista athenea digital: revista de pensamento e investigacion social**, Barcelona, v. 16, n. 2, p. 169-193, 2016. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/v16-n2-couto-morelli-galindo-lemos>. Acesso em 16 jan. 2017.

D'EMILIO, J. Capitalism and gay identity. In: SNITOW, A. et al. **Powers of desire**. New York: Monthly Review Press, 1983, p.100-113.

DE BARROS, L. C. **Assis – 100 anos: centenário da fraternidade**. Assis: CONOSCO, 2005.

DE LAURETIS, T. "A tecnologia do gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

FABRÍCIO, M. **Ministério da Saúde lança campanha contra a Aids usando Tinder e Hornet**. Recife, Fev. 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/46,2/2015/02/11/interna_tecnologia,560476/mini_sterio-da-saude-lanca-campanha-contr-a-aids-usando-tinder-e-hornet.shtml. Acesso em 03 jan. 2017.

FERREIRA, A. A. L. et al. (orgs.). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

FINKEL, E. J. et al. Online dating: a critical analysis from the perspective of psychological Science. **Psychological Science in the Public Interest**, London, Sage, v. 13, n. 1, p.3-66, 2012. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1529100612436522>. Acesso em 24 dez. 2016.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978/1979)**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.

_____. **A microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. **Para inglês ver**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 87-115.

GATTI, J. Duelo de Titãs: Sandow e Schwarzenegger. In: PENTEADO, F. M.; GATTI, J. (orgs.) **Masculinidades: teoria, crítica e artes**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 223-237.

GERMANO, F. Homens usam menos camisinha quando acham a parceira bonita. **Super Interessante**, São Paulo, maio 2016. Disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/homens-usam-menos-camisinha-quando-acham-a-parceira-bonita/>. Acesso em 28 dez. 2016.

GOMES, H. S. Internet chega pela 1ª vez a mais de 50% das casas no Brasil, mostra IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/internet-chega-pela-1-vez-mais-de-50-das-casas-no-brasil-mostra-ibge.html>. Acesso em 29 nov. 2016.

GOULART, L. A.; HENNINGEN, I. Condições e possibilidades de uma tecnopolítica de gênero/sexualidade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 215-236, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n1/12.pdf>. Acesso em 07 fev. 2017.

GREEN, J. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUDELUNAS, D. There's an App for that: the uses and gratifications of online social networks for gay men. **Sexuality & Culture**, n.16, p. 347-365, 2012. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12119-012-9127-4>. Acesso em 06 jan. 2017.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em 06 dez. 2016.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: _____.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (orgs.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens dos pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009, p. 33-118.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ILLOUZ, E. **Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

_____. **Erotismo de autoayuda: cincuenta sombras de Grey y el nuevo orden romántico.** Buenos Aires: Katz; Capital Intelectual, 2014.

_____. **Por qué duele el amor: una explicación sociológica.** 2. ed. Buenos Aires: Katz Editores/Capital Intelectual S.A., 2016a.

_____. No coração pulsante da cultura – Entrevista com Eva Illouz. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 299-308, jul.-dez. 2016b. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/423/178>. Acesso em 27 jan. 2017.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LATOURET, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede.** Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc, 2012.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura.** São Paulo: Annablume, 2013.

_____. A crítica da crítica essencialista da cibercultura. **MATRIZES**, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 29-51, 2015a. Disponível em: http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/575/pdf_3. Acesso em 24 dez. 2016.

_____. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2015b.

LÉVY, P. **Cibercultura.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **O que é virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-94.

MARTEL, F. **Smart: o que você não sabe sobre a internet.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MCQUIRE, S. O direito à cidade em rede: redes digitais e espaço público urbano. In: PELÚCIO, L. et al (orgs.). **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 201-224.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>. Acesso em 30 nov. 2016.

_____. O armário ampliado – notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/88/64>. Acesso em 11 nov. 2016.

_____. O Vértice do Triângulo: a paranoia de Dom Casmurro e os espectros da elite brasileira finissecular. In: PENTEADO, F. M.; GATTI, J. (orgs.) **Masculinidades: teoria, crítica e artes**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 71-94.

_____. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012a.

_____. A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, L et al (Org.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012b, p. 35-55.

_____. Networks of desire: the specter of AIDS and the use of digital media in the quest for secret same-sex relations in São Paulo. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, vol. 10, n. 1, p. 40-70, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vb/v10n1/v10n1a02.pdf>. Acesso em 02 jan. 2017.

_____. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas – Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 8, n. 11, p. 51-78, 2014a. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543>. Acesso em 11 nov. 2016.

_____. San Francisco e a nova economia do desejo. In: **Lua Nova – Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 91, p. 269-295, 2014b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a10.pdf>. Acesso em 27 jan. 2017.

_____. “Discreto e fora do meio” – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, p. 61-90, janeiro-junho, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100061&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 dez. 2016.

_____. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v.6, n. 2, p. 275-297, jul-dez. 2016a.

Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/422/177>. Acesso em 24 dez. 2016.

_____. Estranhos no paraíso: notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, sem número, 2016b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/1809-4449-cpa-18094449201600470011.pdf>. Acesso em 07 fev. 2017.

MORELLI, F.; LEMOS-DE-SOUZA, L. Entre regimes de (in)visibilidade: mídias rizomáticas e ciberativismos. **Revista Verso e Reverso: revista de comunicação**. Porto Alegre, v. 30, n. 74, p. 135-146, maio-agosto, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2016.30.74.06/5398>. Acesso em 02 jan. 2017.

MOWLBOCUS, S. Cultura do *Gaydar*: torcendo a história da mídia digital na Grã-Bretanha do Século XX. In: PELÚCIO, L. et al (orgs.). **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 49-80.

OCHOA, M. Ciudadania perversa: divas, marginación y participación en la “localización”. In: MATO, D. (coord.) **Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización**. Caracas: FACES, Univesidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.

PADILHA, F. Isto não é um manual de instruções: notas sobre a construção e consumo de perfis em três redes geosociais voltadas ao público gay. **Novos Rumos Sociológicos – NORUS**, Pelotas, v. 3, n. 3, p. 72-104, jan-jun, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/6365/4474>. Acesso em 27 dez. 2016.

PARKER, R. **Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 1 – A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOCIA, L. **Pistas do Método Cartográfico. Pesquisa-intervenção e prevenção da subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2012. p. 17-31.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

_____. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? Salvador: **Periódicus**, vol. 1, n. 1, p. 68-91, 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>. Acesso em 06 dez. 2016.

_____. O amor em tempos de aplicativos: notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais. In: PELÚCIO, L et al (Org.). **No emaranhado da rede, gênero, sexualidade**

e mídia: desafios teóricos e metodológicos do presente. São Paulo: Annablume Queer, 2015a, p. 81-108.

_____. PELÚCIO, L. Narrativas infieis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, janeiro-junh, p. 31-60, 2015b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332015000100031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 jan. 2017.

_____. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v.6, n. 2, p. 309-333, jul-dez. 2016. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/424/179>. Acesso em 10 jan. 2017.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 1, p. 125-157, 2009. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29>. Acesso em 02 jan. 2017.

PENEDO, S. L. **El Labirinto Queer: La identidad en tiempos de neoliberalismo.** Barcelona: EGALES, 2008.

PERES, W. **Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania.** Curitiba, 2015.

PERES, W. S. et al. Transconversações *queer*: sussurros e gemidos lusófonos: quatro cadelas mirando a(s) Psicologia(s). Salvador: **Periódicus**, vol. 1, n. 1, p. 106-153, 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10152/7256>. Acesso em 13 dez. 2016.

PERLONGHER, N. **O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

POCAHY, F. ‘Pesquisa-aquendação’: derivas de uma epistemologia libertina. In: FILHO, F. S. T. (et al). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea.** Cuiabá: EdUFMT, 2013, p.157-172.

PRECIADO, P. B. **Quem defende a criança queer?** Texto traduzido por Fernanda Nogueira e originalmente publicado sob o título “*Qui défend l’enfant queer?*”, 2013. Disponível em: http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. Acesso em 07 dez. 2016.

_____. **Testo yonqui: sexo, drogas y biopolítica.** Buenos Aires: Paidós, 2014a.

_____. **Manifesto contrassexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014b.

- RAMOS, J. S. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: revista de antropologia**, v. 1, n. 45, p. 57-76, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8251/5921>. Acesso em 24 dez. 2016.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas – Estudos gays, gênero e sexualidades**, Natal, vol. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em 11 nov. 2016.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2014.
- ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. **Por el culo: políticas anales**. Madrid/Barcelona: Editora Egales, 2011.
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol. 28, p. 19-54, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>. Acesso em 11 nov. 2016.
- SEIDLER, V. J. **Masculinidades: culturas globales y vidas íntimas**. Barcelona: Montesinos ensayos, 2006.
- SIBILIA, P. **La intimidad como espectáculo**. Buenos Aires/AR: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- SILVA, B. S. **Assis: reconhecimento e ensaios**. 2014.176 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2006.
- STONE, A. R. **The war of desire and technology at the close of the mechanical age**. 3rd ed. Cambridge/MA: The MIT Press, 1998.
- TEITEL, E. **Hey, didn't I see you on Tinder? A no-strings sex app for the dating jungle**. 2014. Disponível em: <http://www.macleans.ca/education/uniandcollege/hey-didnt-i-see-you-on-tinder/>. Acesso em 27 dez. 2016.
- TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. New York: Oxford University Press, 2013. (Edição Kobo).

WAUGH, T. Pornografia: gay vs. hétero. In: PENTEADO, F. M.; GATTI, J. (orgs.) **Masculinidades: teoria, crítica e artes**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 297-323.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>. Acesso em 30 jan. 2017.

ZAGO, L. F. Convites e tocaias – considerações ético-metodológicas sobre pesquisa em sites de relacionamento. In: PELÚCIO, L. et al (orgs.). **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 149-174.